



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
1ª Vara Cível da Comarca de Afogados da Ingazeira

AV PADRE LUIS DE GOES, S/N, Forum Laurindo Leandro Lemos, MANUELA VALADARES, AFOGADOS INGAZEIRA -
PE - CEP: 56800-000 - F:(87) 38388747

Processo nº **0001399-30.2019.8.17.2110**

AUTOR: JOSE GENIVALDO DE BRITO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Vistos etc.

De início, defiro a gratuidade judiciária requerida.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, notadamente em razão do princípio da razoável duração do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF), deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art.139, VI e Enunciado n.35 da ENFAM), tendo em vista a opção do(a) autor(a) pela não realização da audiência de conciliação, nos termos do art. 334, § 4º, inciso II do CPC.

Cite-se o(a) requerido(a) para contestar a inicial, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que:

I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado;

II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais;

III – em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção.

Intimações e expedientes necessários. **CUMPRA-SE.**



Afogados da Ingazeira, 17 de abril de 2020.

Fernando Cerqueira Marcos

Juiz substituto em ex. cumulativo

